



## PERSEGUIÇÃO - PÁGINA 3

### Servidor é acionado pela Corregedoria após dar entrevista sobre Reforma da Previdência



## O GRANDE GOLPE NA PREVIDÊNCIA ESTADUAL

CONHEÇA AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DO GOVERNADOR REINALDO AZAMBUJA QUE PODEM DESTRUIR A PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

### PROJETO DE LEI 253/2017

PODER EXECUTIVO APROVADO EM PRIMEIRA VOTAÇÃO

- Altera a alíquota de contribuição dos servidores ativos e inativos de 11% para 14%
- Extingue a Massa Segregada e cria o Fundo Previdenciário Único, com isso o Governo poderá utilizar recursos que somam mais de R\$ 400 milhões para outros fins que não seja o pagamento de benefícios previdenciários
- Estabelece um teto máximo para o pagamento dos benefícios, assim cria a Previdência Complementar
- Estas são as principais mudanças que vão quebrar a previdência dos servidores públicos em pouco tempo e colocar em risco o pagamento em dia dos salários.

## REFORMA DA VERGONHA!

Com a justificativa de déficit na Previdência estadual, o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) apresentou um projeto de reforma para o sistema previdenciário dos servidores públicos que cria teto máximo para pagamento do benefício, pagamento de previdência complementar e a unificação dos fundos de aposentadorias, deixando disponíveis quase R\$ 400 milhões para sua administração.

Servidor(a), vem pra luta!  
**GRANDE CONCENTRAÇÃO**  
**28 de novembro**  
**8 horas**  
NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



## SAÚDE - PÁGINA 8

### Corumbá recebe 10º Hospital da Cassems no primeiro semestre de 2018

# Servidores ocupam Assembleia Legislativa e adiam votação de Reforma da Previdência

Trabalhadores ocuparam na manhã de quinta-feira (23), o plenário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, contra a Reforma da Previdência e chegaram a jogar notas de dinheiro falso durante o protesto.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

A AL-MS estava lotada com aproximadamente 2 mil pessoas, segundo a organização do movimento, com esta pressão, os servidores conquistaram uma vitória parcial neste enfrentamento.

O movimento reivindica que o governador Reinaldo Azambuja (PSDB)



Só haverá votação, caso não tenhamos surpresa, na próxima terça-feira

retire o Projeto de Lei de Reforma da Previdência, aprovado quarta-feira (22), em primeira votação na AL-MS, pelo placar de 16 votos a favor e 4 votos contra, 5 deputados não estavam presentes na votação. Nota-se que apenas a bancada

do PT votou contra o projeto, sendo eles os Deputados Estaduais Pedro Kemp, Amarildo Cruz, João Grandão e Cabo Almi. Votaram a favor do projeto: Antonieta Amorim (PMDB), Beto Pereira (PSDB), Coronel David (PSC), Paulo Siufi (PMDB), Eduardo Rocha (PMDB), Felipe Orro (PSDB), Enelvo Felino (PSDB), Herculano Borges (SD), Mara Caseiro (PSDB), Márcio Fernandes (PMDB), Maurício Picarelli (PSDB), Paulo Corrêa (PR), Rinal-

do Modesto (PSDB), Renato Câmara (PMDB), Zé Teixeira (DEM). Estavam ausentes os deputados George Takimoto (PDT), Grazielle Machado (PR), Junior Mochi (PMDB), Lídio Lopes (PEN).

“O governo ainda continua intransigente na questão da previdência, mas após a ocupação, a gente não deixou que se votasse o projeto. Só haverá votação, caso não tenhamos surpresa, na próxima terça-feira (28)

e nós estaremos aqui na Assembleia novamente protestando”, afirmou Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS/MS e dirigente da CUT/MS.

Entre as propostas do Poder Executivo, está o aumento da alíquota de contribuição dos servidores de 11% para 14%, proposta esta que está ancorada na Medida Provisória recente do governo ilegítimo de Michel Temer, que sequer foi apreciada pela Câmara Federal.

Jaime Teixeira, Presidente da FETEMS (federação filiada à CUT), comunicou que os trabalhadores só sairiam do plenário “após ter garantias que a sessão não fosse novamente iniciada”, foi quando a 2ª vice-presidente, Grazielle Machado (PR), encerrou a sessão plenária, convocando todos os parlamentares para a próxima sessão ordinária, na

Daniel Campos

terça-feira (28/11), às 9h.

O Fórum dos Servidores Públicos Estaduais, composto por sindicatos e associações que representam mais de 40 mil trabalhadores, é contra o projeto e alega que a pior parte da proposta deste PL é a unificação de dois planos existentes, o plano financeiro e o plano previdenciário.

Os planos foram divididos em 2012, através da segregação de massas, sendo que o plano previdenciário é superavitário, contendo aproximadamente R\$ 400 milhões de reais em caixa, enquanto que o plano financeiro, que congrega servidores empossados antes da segregação é deficitário.

Os funcionários públicos denunciam que este projeto de lei nada mais é que uma manobra para o governador Reinaldo Azambuja (PSDB) liberar o caixa do Estado, (se apossando dos R\$400 milhões do plano previdenciário dos servidores) e assim pagar o décimo terceiro dos servidores. Tal situação acabaria com a previdência estadual, segundo denuncia o movimento.

Para Tiago Mônaco, Presidente da ABSS/MS “a proposta do governo estadual é pior que a MP do Temer”.

## Rombo ou dívida do Estado?

O governo alega um rombo de mais de R\$80 milhões de reais por mês com as aposentadorias oriundas do plano financeiro. Os servidores refutam esta tese, eles afirmam que em 2012, quando uma lei estadual definiu pela segregação de massa, o estado reconheceu que o dinheiro da previdência foi gasto com outras despesas, neste sentido, o aporte de R\$ 80 milhões por mês, nada mais é do que a dívida do próprio estado para com os servidores.

Com o resultado da ocupação, o plenário da casa foi desocupado. Os trabalhadores prometem nova manifestação para a próxima terça-feira (28), na Assembleia Legislativa.



Os trabalhadores prometem nova manifestação para a próxima terça-feira

# Sisem e ACP dizem que aguardam convite da Prefeitura para discutir reforma do IMPCG

II Após o prefeito Marquinhos Trad (PSD) ter afirmado que o município criou uma comissão para discutir com os servidores a Reforma da Previdência Municipal, os dois maiores sindicatos do funcionalismo público da Capital revelam que ainda não foram chamados a debater com o Executivo e já se posicionaram contra a medida.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

“Nós já nos reunimos em Assembleia e encaminhamos ofício (para Prefeitura) com nossa posição contrária a qualquer aumento de alíquota. O servidor não pode pagar a conta de uma má gestão, e não estamos acusando o prefeito A ou B”,

disparou o presidente do Sisem (Sindicato dos Servidores Municipais), Marcos Tabosa.

O professor Lucílio Nobre, que preside a ACP (Sindicato Campo-grandense dos Profissionais da Educação Pública), também negou que tenha sido convidado a discutir a Reforma da Previdência Municipal com representantes do Executivo.

“O servidor não aceita mudanças (na previdência) sem debater as propostas com a categoria. Nós pedimos que o prefeito não cometa esse suicídio político de mandar projeto para a Câmara sem dialogar”, afirmou Nobre.

Os dois presidentes disseram que o assunto já chegou a ser discutido

no Conselho de Servidores no âmbito do IMPCG (Instituto Municipal de Previdência Social), e que os servidores já se posicionaram contrários à mudanças até que haja uma definição na esfera federal.

Lucílio explica que o aumento da alíquota em âmbito municipal, sem que o Congresso Nacional aprove a medida nacionalmente, pode causar um imbróglio que prejudique o servidor e a própria Prefeitura juridicamente.

Os dois maiores sindicatos dos servidores municipais, Sisem e ACP, esperam que a Câmara dos Vereadores possa propiciar o debate do projeto, caso o Executivo encaminha proposta de reforma sem ouvir as categorias.

## Servidor é acionado pela Corregedoria após dar entrevista sobre Reforma da Previdência

II O Policial Militar Thiago Monaco Marques, presidente da ABSSMS (Associação Beneficente dos Subtenentes, Sargentos e Oficiais Oriundos do Quadro de Sargentos Policiais e Bombeiros Militares de MS) e membro do Fórum dos Servidores Públicos Estaduais responde a uma sindicância administrativa após ter dado entrevista em uma rádio da Capital, no último dia 14 de novembro.

De acordo com o procedimento, o servidor teria tido uma conduta de possível afronta à gestão pública. Nesta sexta-feira (24), Monaco compareceu à Corregedoria e afirmou estar decepcionado com a atitude da gestão de Reinaldo Azambuja (PSDB). “Concedi entrevista na condição de membro do Fórum, não como policial militar. De qualquer forma, tudo o que falei foi extremamente técnico, não ataquei de forma alguma ninguém

e não falei nada contra o governador”, explicou.

O servidor foi acompanhado de um membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MS (Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Mato Grosso do Sul), o advogado Christopher Scapinelli.

“É uma coisa que abala a gente, a minha família, esposa e filhos. Não é uma atitude republicana e nem democrática do governo. Nossa luta é para defender os direitos do servidor público de uma reforma que pode trazer consequências sérias para o funcionário”, finalizou.

### Outra sindicância

Em julho, o coronel da Polícia Militar Alírio Villasanti Romero foi notificado sobre abertura de sindicância pela Corregedoria da PM, por ele ter feito discurso criticando o governo estadual, em relação a negociação do reajuste

salarial. Ele é um dos coordenadores do Fórum do Servidor.

Como presidente da AOF-MS (Associação dos Oficiais Militares Estaduais do MS), Villasanti faz parte do grupo que negocia o reajuste salarial, diretamente com o governo. Ele ressaltou que ficou “surpreso” com esta sindicância, em função de um pronunciamento pelo Fórum dos Servidores.

“Em 30 anos da PM nunca tinha passado por uma sindicância, mas esta foi aberta por estar no grupo de frente, que tenta uma reposição salarial, de acordo com o índice de inflação”, disse à época.

A sindicância foi aberta no dia 30 de junho, assinada pelo corregedor geral da PM, o coronel José Gomes Braga, sendo requisitada pelo comandante-geral, o coronel Waldir Ribeiro Acosta.



Sindicatos já se posicionaram contra aumento de alíquota

# Projeto de Azambuja que acaba com previdê

II Não bastasse o governo de Reinaldo Azambuja (PSDB) destinar a maior parte da verba pública de 2018 para a previdência, mais de R\$ 2 bilhões, sem nem especificar como será feita a gestão deste recurso, o projeto de Reforma da Previdência Estadual que entrou em tramitação na Assembleia na semana passada desarranja todas as conquistas feitas pelos funcionários nos últimos anos.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Os coordenadores do Fórum de Servidores, que representa os mais de 70 mil funcionários públicos do Estado, conseguiram adiar a votação do projeto para a próxima semana. Na manifestação, o plenário da Casa foi ocupado pelos servidores, que jogaram réplicas de cédulas de real nos deputados.



Servidores se mobilizaram durante todos os dias em uma ocupação histórica ao plenário da Casa de Leis

De acordo com os representantes, que se mobilizaram durante todos os dias em uma ocupação histórica ao plenário da Casa de Leis, a união dos fundos previdenciários de antes de 2012, que é deficitário em cerca de R\$ 80 milhões ao mês antes deste prazo é prejudicial.

Os sindicalistas afirmam que a unificação dos fundos previdenciários, sendo que o criado em 2012 apresenta um superávit de R\$ 377 milhões, é inviável,

e que no prazo máximo de cinco meses ambos se tornariam deficitários. Eles também dizem que o aumento de alíquota incidirá só para servidores que recebem acima do teto da previdência, R\$ 5,5 mil.

Isso porque a estratégia do governo em aprovar a reforma da previdência no afogadilho, sem ampla discussão, revela o desespero do governador, que não tem dinheiro para pagar o 13º dos 75 mil servidores públicos estaduais. Ele pla-

neja sacar a verba milionária do fundo do MSPrev, criado após 2012 para pôr fim aos déficits no pagamento de aposentadorias e pensões.

Além disso, Reinaldo deixou de repassar R\$ 18 milhões referentes aos repasses previstos em outubro, novembro, dezembro e 13º salário. Outros R\$ 11,6 milhões não foram repassados em janeiro e fevereiro para o MS Prev.

Segundo o presidente do

conselho, Francisco Carlos de Assis, ao somar os meses de março e abril, o débito da administração estadual com o fundo chega a R\$ 34 milhões. Atualmente, o déficit previdenciário de Mato Grosso do Sul está em R\$ 1 bilhão e que o montante cresce 20% a cada ano, sem contar os R\$ 34 milhões utilizados pela gestão tucana para pagar fornecedores e o próprio salários dos servidores.

Das 26 emendas apresen-

tadas ao projeto, só duas foram rejeitadas, ambas de autoria de Cabo Almi (PT), que, segundo o presidente da CCJ, deputado Beto Pereira (PSDB), mudavam a essência da proposta, que agora prevê o escalonamento do aumento da alíquota.

Os deputados aprovaram aumento escalonado da alíquota de contribuição da previdência, que em 2018 será de 12% (do salário bruto do servidor), chegando a 13% em 2019, e 14%

em 2020. Os aumentos ocorrerão sempre no mês de maior arrecadação. Já a contribuição patronal será de 24% em 2018 e 25% em 2019.

Os servidores não foram recebidos pelo governo de Reinaldo para discutir a reforma. Os deputados se reuniram a portas fechadas, junto com o secretário estadual de Governo, Eduardo Riedel (PSDB). Do lado de fora, cerca de mil pessoas lotaram as dependências da Casa.

# Confiança dos servidores é marcado por polêmicas

## Descaso com servidores

Antes da votação, quando o projeto foi aprovado na CCJR (Comissão de Constituição, Justiça e Redação), uma aposentada reclamou do descaso com os funcionários públicos com o deputado Beto Pereira (PSDB) na Assembleia Legislativa durante manifestação do Fórum dos Servidores. Irritado, o deputado disse que estava aprovando a reforma para que a servidora 'não fosse para um abrigo'.

– A gente estava lá, pedindo voto para você. E o que você está fazendo com a gente hoje? Falando o que para nós? Mentindo descaradamente para nós, Beto! O que você está fazendo com nós, servidores públicos? Aposentados? Demos nossa vida para esse Estado – eu sou servidora da divisão desta porcaria de Estado e sempre estive presente apoiando vocês!

– Estamos garantindo a aposentadoria para a senhora. Para a senhora não ir para um abrigo depois porque não recebeu”, rebateu o tucano.

Os servidores que acompanharam o diálogo ficaram indignados com a grosseria do deputado.

Até o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, Jerson Domingos, deixou de lado a neutralidade de não falar mais sobre política para atacar a postura do relator da reforma.

“O que esse deputado fez, é um absurdo. É imperdoável. Ele destruiu todas as conquistas do funcionalismo público construídas em 2012 por nós com o governo André Puccinelli”, afirmou. Na época, Jerson era o presidente da Assembleia Legislativa. O conselheiro demonstrou claramente o seu inconformismo e a sua insatisfação com o deputado tucano quando declarou: “Só tenho um arrependimento na minha jornada política, que foi pedir voto a Beto Pereira”.

Para Jerson, o parlamentar traiu a confiança do funcionalismo por “destruir um sonho”. O conselheiro disse que Beto “tomou medida impensada e desumana” em retirar benefícios dos servidores da Previdência Estadual.

## Após pressão, deputados desistem de votar reforma da previdência



II Com plenário lotado de manifestantes, um grupo de representantes dos servidores voltou a se reunir com os deputados estaduais, e deixou o encontro com informação de que não houve avanço nas negociações, e que o projeto de reforma da previdência poderia ser votado fora da Casa, para atender pedido de governo. Ainda, o deputado Cabo Almi (PT) anunciou, por volta das 12h20 de quinta-feira (23), que a matéria só será analisada na próxima terça-feira (28).

Segundo Almi, a decisão de prorrogar a análise do projeto foi tomada para garantir a segurança dos servidores que tomaram as dependências da Assembleia, em protestos contra a proposta do governo.

Os servidores voltaram a solicitar aos deputados e ao governo que não haja unificação dos fundos previdenciários, e que o aumento da alíquota seja aplicado apenas a quem ganha acima do teto da previdência (R\$ 5,5 mil), para não prejudicar servidores com menores salários, já que em alguns casos o funcionário terá perda salarial em 2018 diante do reajuste de apenas 2,9% em 2017.

O presidente do Conprev (Conselho Estadual de Previdência), Francisco de Assis, explicou que os dois fundos previdenciários, um criado em 2012 para atender os servidores que ingressaram no Estado a partir daquele ano, e outro que custeia a aposentadoria e benefícios dos demais inativos, se unificados, como quer o governo de Reinaldo Azambuja (PSDB), e tornarão deficitários em cinco meses.

Assis revelou que há exatos R\$ 377 milhões no Fundo mais atual, e que no mais antigo o Executivo precisa aportar mensalmente R\$ 78 milhões. A previsão é que se mantida a diferenciação dos fundos, em três anos um poderá cobrir o déficit do outro, aliviando o caixa do governo.

### ENCERRAMENTO

Após o anúncio de Almi, não oficial, e a 2ª vice-presidente da Casa, deputada Grazielle Machado (PR), encerrou, oficialmente, a sessão às 12h29. Ainda, os sindicalistas afirmaram que permaneceriam mais um tempo na Assembleia, para garantir que o projeto não seria, de fato, votado naquele dia.

# Educadores da Rede Estadual lotam a Assembleia contra Reforma da Previdência proposta pelo Governo

Os trabalhadores da Rede Estadual de Ensino somaram forças com as demais categorias de servidores públicos e ocuparam, na manhã desta quinta-feira (23), a Assembleia Legislativa de MS, em protesto contra o Projeto de Lei 253/2017, do Poder Executivo, que altera o regime previdenciário dos servidores públicos de Mato Grosso do Sul. A proposta de Reforma da Previdência enviada pelo governo do Estado foi aprovada em primeira votação pelos parlamentares na quarta-feira (22).

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

Os servidores exigem que o projeto de lei seja arquivado. “Não podemos pagar a conta da má gestão pública. Essa reforma foi imposta pelo governo e penaliza ainda mais os trabalhadores deste Estado. Hoje nosso lema é ocupar e resistir. Não deixaremos este plenário até que esse projeto seja retirado da pauta de



votações e o governo, então, faça a discussão com os servidores”, afirmou o presidente da ACP, professor Lucílio Souza Nobre.



## Fórum dos Servidores



“Essa reforma é mais um ataque aos nossos direitos. O governo joga uma cortina de fumaça sobre a previdência estadual, não dialoga com os servidores e ainda quer que aceitemos o discurso de penalização dos trabalhadores pela má gestão dos recursos públicos. Isso é um absurdo!”

**Lucílio Nobre**  
Presidente da ACP



# Servidores ocupam a Assembleia Legislativa e impedem votação do projeto de Reforma da Previdência Estadual

Valmir Dias

II Centenas de servidores públicos ocuparam o plenário da Assembleia Legislativa de MS na manhã de quinta-feira (23), bradando palavras de ordem, com faixas, cartazes, apitos e jogando dinheiro falso para os deputados que estavam presentes. Segundo o presidente do Sinpol-MS, Giancarlo Miranda, como não havia espaço para um diálogo verdadeiro, a ação foi necessária. “O próprio servidor público veio dizer não aceita ter sua previdência modificada para destinar recursos para outros fins, tampouco ter que pagar mais devido a ingerência dos administradores”, declarou.



“ Queremos que uma auditoria seja feita por uma empresa idônea ou seja instaurada uma Comissão Parlamentar de Inquérito, avaliando todos os problemas, suas causas e, principalmente, alternativas que não onerem ainda mais os trabalhadores. Uma reforma que impactará 70 mil famílias não pode ser feita às pressas”

**Giancarlo Miranda**  
Presidente do Sinpol



# Corumbá recebe 10º Hospital da Cassems

Marco Calábria

A Cassems entrega, no primeiro semestre de 2018, a sua décima unidade hospitalar. O município contemplado será Corumbá, distante 446 quilômetros de Campo Grande. O novo hospital está em fase de conclusão e se localiza em uma área de 3,1 mil metros quadrados, no bairro Popular Velha. A construção, com mais de 2,8 mil metros quadrados, abrigará uma estrutura moderna com capacidade para oferecer serviços de alta qualidade no atendimento em saúde.

Da Redação  
redacao@publico.inf.br

A nova unidade hospitalar da Cassems no município contará com 35 leitos, três salas cirúrgicas, pronto atendimento, centro



Arrojado e moderno, Hospital Cassems de Corumbá vai garantir atendimento humanizado e de qualidade

de diagnósticos com ressonância magnética, tomografia, raio-x digital, mamografia, densitometria óssea e duas salas de ultrassom. Um laboratório de análises clínicas e um centro de especialidades médicas darão mais suporte no atendimento aos 10 mil beneficiários do plano de saúde em Corumbá e Ladário.

Com um projeto arrojado e moderno o Hospital Cassems de Corumbá contará, ainda, com outros serviços de apoio como lavanderia, rouparia, farmácia, almoxarifado, cozinha, refeitório, lanchonete, setor administrativo, central de gases medicinais e subestação elétrica com sistema de geradores de energia.

Com toda essa estrutura, o diretor de Unidades Hospitalares da Cassems, Flávio Stival, reforça que o hospital estará numa área de fácil acesso para a população que reside

na parte alta e na parte baixa de Corumbá, assim como para os associados que moram na região de Ladário. “Em breve estaremos de portas abertas, atendendo nas consul-

tas, fazendo diagnósticos e realizando os mais diversos procedimentos. Essa nova unidade será um ganho importante para a região pantaneira”, reforça.

## Dentro do prazo

A obra de construção da décima unidade hospitalar da Cassems no Estado iniciou em abril de 2016 e será finalizada dentro do prazo, com investimento médio de R\$ 10 milhões. “Viabilizar toda essa estrutura não foi fácil. Estamos realizando um sonho antigo e o apoio do município, que no final de 2015 doou o

terreno para construirmos o hospital, foi de extrema importância”, comemora o presidente da Cassems, Ricardo Ayache.

De acordo com Ayache, a nova unidade hospitalar vai expandir os serviços de atendimento em saúde na região e permitir que a população tenha a tranqüili-

dade e a garantia de um serviço de qualidade, sem precisar se deslocar longas distâncias em busca de uma medicina especializada, tanto no diagnóstico como no tratamento. “Caso haja interesse do poder público teremos estrutura, inclusive, para atender algumas demandas do Sistema Único de Saúde”, finaliza.

Com a gripe, você não pode **VACILAR.**  
É preciso **VACINAR.**

Garanta sua dose pelo **PORTAL DO BENEFICIÁRIO** até 15 de dezembro de 2017.  
**BENEFICIARIO.CASSEMS.COM.BR**

**DOSES LIMITADAS**  
GARANTA A SUA

A gripe pode **MATAR**  
A **PREVENÇÃO** é o melhor remédio.

**CASSEMS**  
Sempre à frente, cuidando de você.

cassems.com.br /cassems /tvcassems